

003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 22ABR2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h53min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Professor Garcia (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 039/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 039/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLL nº 170/13.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao PLL nº 170/13.

Aprego a Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLL nº 170/13.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLL nº 170/13.

Aprego a Emenda nº 06, de autoria do Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLL nº 170/13.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, ao PLL nº 170/13.

Aprego a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Kevin Krieger e Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 170/13.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 170/13. Em votação. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a iniciativa do Ver. Delegado Cleiton, pedindo a retirada da sua emenda, não nos surpreende porque já havia anunciado em outro momento que é a contribuição que ele busca dar para a celeridade no andamento desse processo. Neste momento, Ver. Cleiton, nos abre o ensejo de falar o que não conseguimos falar anteriormente, porque esse projeto acaba de receber oito emendas. Como ele está a resguardo do art. 81, todas essas emendas serão votadas sem que se analise nas comissões, sem que ocorra absolutamente nada. Então, evidentemente, eu digo o seguinte: como é que nós podemos numa tarde, às 16h, enfrentar um projeto que tem sete emendas – tinham oito emendas, com o pedido da retirada do Ver. Cleiton ficarão sete –, muitas das quais são completamente antagônicas com o objetivo do projeto sem discutir essas emendas, sem produzir um debate adequado capaz de permitir que se vote essa matéria com tranquilidade. Então, estou vendo que, com essa enxurrada de emendas que surgem para o projeto do Ver. Nereu D' Avila, que é muito objetivo, muito claro, muito preciso, ele quer que, simplesmente, se convoque um plebiscito e que, na forma da lei, este se realize na data que for estabelecida.

Ora, Sr. Presidente, com todas essas emendas que estão aqui, aprovada uma ou duas delas, nós teremos Porto Alegre vivendo permanentemente sob plebiscito! Não é mais uma praça, não é mais um parque, são todos os parques de Porto Alegre! Aliás, caberia uma subemenda minha, porque há tantos parques aqui? O parque da Restinga não está incluído, o parque do Belém Novo não está incluído! Se há parques que são privilegiados que o plebiscito tem de decidir se cercam ou não! Ora, plebiscito é uma coisa séria, este País não tem muita cultura, muita tradição nesse particular, é preciso que não se crie uma situação tal que fique impossível haver uma decisão tranquila de parte de quem é consultado. Por isso, Sr. Presidente, eu aproveito esse ensejo para apoiar a decisão do Ver. Delegado Cleiton que, corretamente, busca retirá-la para facilitar o andamento do projeto. Vou aprovar, evidentemente a sua intenção, não há como ser diferente. Ele como autor, com um gesto de muita elegância, de muita soberania, desiste; não seríamos nós que iríamos dizer o contrário. Mas não posso deixar de fazer esse alerta: nós temos sete emendas, Ver. Nereu D'Avila, aprovadas duas delas, o seu projeto já foi para o beleléu! Sete emendas! Muitas das quais, inclusive, contraditórias. Acho que mantido isso, é muito difícil que em uma Sessão Extraordinária - que iniciou além das 16h - nós possamos,

hoje, ter algumas decisões tranquilas, serenas, adequadas à grandiosidade do problema que a emenda ao projeto do Ver. Nereu D'Avila traz à consideração da Casa. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 170/13. (Pausa.) O Ver. Nereu D'Ávila está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a população e a imprensa, com razão, querem saber por que seria, se for aprovado o projeto, atribuída à população a decisão sobre o cercamento do Parque da Redenção. O que eu tenho respondido? Que duas situações amadureceram e fizeram com que eu achasse isso necessário – se esta Casa achar também, é óbvio que terá uma força incrível; são dois fatores principais, mas existem outros: a depredação física do parque e a violência criminosa que lá ocorre.

Aqui está uma matéria do jornal Zero Hora (Mostra jornal.), de 31 de março, que diz: “Urbanismo – no coração da Cidade, um parque à espera de luz”. O jornalista André Marques faz uma brilhante reportagem a respeito do Parque da Redenção. E a reportagem – quem diz não é este Vereador – cita o Delegado Abílio Pereira, que cuida da região, há 35 anos está na função da 10ª Delegacia: “Abílio Pereira diz estar muito pessimista diante do grande prende e solta de bandidos”. E o Delegado diz: “A Redenção é onde tem mais assaltante e vagabundo por quilômetro quadrado em todo o Estado brasileiro! Está fora do controle. Nunca me senti tão impotente em toda a minha vida”. A 10ª DP registra cerca de cem ocorrências, todo mês, na Redenção. São mais de três por dia!

Então, com essa violência toda, só relembrando as últimas: em dezembro foi assassinado, por enforcamento, um cidadão na Redenção; neste ano, houve o estupro de uma jovem em pleno meio-dia – isso na violência física. Em relação à violência depredatória, o Engenheiro Schwartzmann apareceu nos jornais, em nome do Sinduscon

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

– Sindicato da Construção Civil, dizendo que o Sindicato, da área privada, poupou o dinheiro público e pagou a reconstrução de monumentos que foram depredados – estátuas, imagens –, e 15 dias depois estava tudo novamente destruído. Sábado passado, no dia 18 de abril, o jornal Zero Hora trouxe o seguinte: “Fonte luminosa tem instalações furtadas (...) os equipamentos hidráulicos e as instalações elétricas que operam o jato d’água e as luzes foram furtados”. Vejam o jornal Zero Hora de hoje: “Monumento é pichado em protesto político”. Picham o Monumento ao Expedicionário para um protesto político! Então esses dois fatores, depredação física e violência física, e o Delegado foi enfático, nos levam a crer que não há outra solução a não ser o cercamento. Só para dizer, senhoras e senhores – e estou na televisão, possivelmente muitas outras pessoas estão acompanhando o meu pronunciamento –, que em 1991, há 25 anos, apresentei um projeto que está na Casa ainda, mas que não foi votado, autorizando o cercamento da Redenção. Nunca foi votado, e nesses 21 anos a violência quadruplicou, chegando ao momento em que chegamos hoje.

Então, não é de hoje, eu não caí de paraquedas nesse tema! Eu não estou apresentando uma coisa que não foi pensada ou repensada; a própria população, inclusive os usuários, foi consultada. Está aqui o Ver. João Bosco Vaz, que corre todos os dias na Redenção, é usuário e vai votar favoravelmente não porque ele acha isso ou aquilo, mas porque... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D’Avila prossegue a sua manifestação para discutir o PLL nº 170/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

O SR. NEREU D’AVILA: Agradeço ao Ver. Márcio Bins Ely por me ceder o tempo.

A questão do Parque da Redenção tornou-se insuportável, não há mais como não prestar atenção ao que está ocorrendo lá. Houve, inclusive, queima de árvores, não há o que não se faça lá. E o Delegado disse: “São três infrações por dia, cem por mês”. Inclusive, no ano passado, um advogado foi esfaqueado lá, coitado, está imóvel em uma cama.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nereu, não é de hoje que o senhor sabe da minha posição, sou completamente a favor do

cercamento por uma razão muito simples: o Parque da Redenção tornou-se um espaço dormitório para vagabundos e espaço para atitudes e atos ilícitos, mas, por onde tenho andado, e falo aqui não como Vereadora, mas pelas minhas origens de jornalista na área da comunicação, sinto que a população tem dúvida sobre duas questões que eu gostaria que o senhor explicasse, até para que nós possamos esclarecer e também colher esse apoio para algo que é extremamente importante, como o senhor bem colocou, pela situação de violência, que só aumenta, justamente naquele parque. As preocupações do povo são: eles não têm informação de como seria o cercamento e do custo. Vejo que isso é extremamente importante, que as pessoas estão meio confusas e clamando por essas informações. Obrigada.

O SR. NEREU D'AVILA: Obrigado, Vereadora. São importantes as perguntas.

Para minimizar o problema ou para dizer que cercar é inútil, contestam: “Somos contra o gradeamento”. Não é gradeamento nenhum, grade é questão de presídio. Vereadora, a minha opinião a respeito disso é a seguinte: se aprovado o projeto, depois a Prefeitura fará uma comissão de urbanistas e arquitetos para ver que tipo de cercamento será feito, quantas aberturas terão, se duas, se quatro, como será feito. Ontem visitei o Parque Germânia – maravilhoso, cercado –, havia milhares de pessoas naquela tarde outonal linda, o cachorródromo maravilhoso, com muitos cães brincando. Está lá o Germânia, qual o problema de ser cercado? Hoje a tevê, ao meio-dia, entrevistou os frequentadores do Germânia, que disseram que há segurança até para deixar as crianças sozinhas lá dentro, com uma babá ou qualquer coisa. As mães disseram hoje, ao meio-dia. É evidente que traz mais segurança. As placas do Germânia informam que, no verão, abre às 6h e fecha às 22h e, no inverno, funciona das 6h às 19h. Mas não é só o Germânia; temos o Ibirapuera, em São Paulo; o de Brasília; o Parque Laje, no Rio; o Parque Puerta de Hierro, em Madrid. Por que todos são fechados, só o da Redenção não fecha, com a barbaridade que está ocorrendo?

Eu não estou jogando a responsabilidade do meu projeto, que tem 25 anos, nos 35 Vereadores. Não. Nós estamos agora discutindo não o mérito – se sou contra ou a favor – , isso nós vamos delegar à população. E está aqui a resolução que o Tribunal Superior Eleitoral concedeu aos tribunais regionais para fazer, inclusive marcar data, preferencialmente junto com as eleições e arcar com os custos. Havia uma lei em 1994

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

que atribuía à Câmara uma comissão para fazer o plebiscito e arcar com as responsabilidades. Aí, os Vereadores disseram: “Ah, não, a Câmara não pode gastar”. A Câmara não vai gastar um tostão, nem o Município – é o Tribunal Eleitoral.

Por isso temos que discutir se o plebiscito vai ser feito e como será feito. Eu fico pasmo; alguns Vereadores são contra que a população decida! Um milhão e duzentos mil eleitores podem nos eleger, podem votar no Portal do Estaleiro naquele plebiscito, mas, para a Redenção, não podem escolher?! Inclusive, podem ser contra o cercamento. Por que não? O resultado pode ser contra... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para término do pronunciamento.) Este Vereador não está entrando de paraquedas neste assunto, o meu projeto é de 1991, faz 25 anos. Esse assunto eu venho estudando. Portanto peço aos Vereadores que examinem a possibilidade, depois vamos discutir se é contra ou a favor. Vai haver amplo tempo para isso. Hoje, o projeto é para que haja um plebiscito democrático em Porto Alegre para definir os assuntos do parque mais querido dos porto-alegrenses. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, este tema de cercamento de parques não é novo nesta Casa, até porque, há duas Legislaturas passadas, o Ver. Ibsen Pinheiro apresentou um projeto para cercar o Parque da Redenção, e, naquele momento foi rejeitado. O Ver. Professor Garcia apresentou um projeto para realizar um plebiscito, o Ver. Nereu traz o debate sugerindo o plebiscito.

Pois bem, quero fazer aqui a minha fala, a fala da nossa Bancada, Ver. Nereu, dividindo em dois momentos. O primeiro, que a cidade de Porto Alegre é a cidade da democracia participativa, é a Cidade que ouve a população, apesar de termos uma análise crítica de que, ultimamente, a população tem sido muito pouco ouvida nesta Cidade. Portanto, nós não podemos ser contra nenhum tipo de consulta popular. Toda consulta popular é bem-vinda. Até entendo que Porto Alegre teria que ter uma agenda de referendos públicos de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

uma maneira mais efetiva e mais organizada. Portanto, a nossa Bancada votará a favor. Em princípio, votaremos a favor do princípio da participação popular.

Agora, quanto ao segundo tema, que é o cercamento, bem, aí já é outra discussão. E aqui eu quero dizer, aqui está a nossa imprensa, e todos que nos ouvem, que o nosso Plano Diretor conceitua todas as praças, parques e largos como espaços abertos da cidade de Porto Alegre. Esse é o conceito. Então, se esse é o conceito da urbanidade da cidade de Porto Alegre, que está no Plano Diretor, eu não tenho dúvidas de que parques e praças têm que ser espaços abertos, como diz o Plano Diretor. Portanto, somos contra o cercamento, até porque nós estaremos cerceando a população de ter liberdade, quando quiser, de utilizar aquele espaço público, pois qualquer cercamento tem um conjunto de regramentos e impedimentos.

Terceiro argumento trazido aqui: o problema é a segurança. Será que o problema da segurança na cidade de Porto Alegre é só no Parque da Redenção ou é em toda a cidade de Porto Alegre? Eu não tenho dúvida de que o problema da insegurança é em toda a cidade de Porto Alegre. Por que temos que criar ilhas – entre aspas – de segurança? Não. Nós temos que enfrentar o tema da insegurança. Diga-se de passagem, os Governos Fogaça/Fortunati e agora Fortunati/Melo criaram uma Secretaria Municipal de Segurança. Eu pergunto aqui para quem está nos ouvindo e para os 36 Vereadores: qual é o programa municipal que a Secretaria Municipal de Segurança tem para proteção dos parques e praças da cidade de Porto Alegre? Nós desconhecemos. Nesse sentido, apresentamos uma emenda, que é a Emenda nº 3, no sentido de que, em 120 dias, a Prefeitura Municipal deverá apresentar um programa de segurança e proteção às praças e parques de Porto Alegre, e ainda colocamos uma vírgula para vir junto com esse debate, iniciando ou priorizando a nossa querida Redenção. Porque, há poucos minutos, vim para esta tribuna e debati um projeto novo do Governo que quer criar mais oito CCs. Isso significa R\$ 400 mil por ano! Será que R\$ 400 mil por ano, para investir já na segurança da Redenção, não ajudam?

Portanto, acabamos de protocolar aqui também uma proposta para que sejam convidados os Secretários Municipal e Estadual de Segurança para virem aqui falar da Segurança pública de Porto Alegre.

Então votaremos favoravelmente ao conceito da consulta popular. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do

pronunciamento.) Não podemos ser contra a participação e a democracia participativa. Faremos, sim, o debate na sociedade, a fim de sabermos qual é a melhor proposta.

Já antecipo a nossa posição, que não é de hoje, de que, em todos os debates sobre esse tema, o nosso Partido, o PT, com os demais Vereadores, fomos vitoriosos, impedindo que a Redenção e outros parques fossem cercados. Portanto, para nós, cercamento é igual a cerceamento.

O Plano Diretor diz que praças e parques são espaços abertos da cidade de Porto Alegre, e assim devem ser mantidos, ou vamos ter que discutir o Plano Diretor também. Um grande abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, acho que este assunto é muito relevante e vai muito além da discussão. Lembro que ouvi falar, pela primeira vez, nesse tema, quando ainda era ativista do movimento estudantil, em 2001, Fernanda, quando atravessávamos a Redenção juntos, e, naquela época, eu era completamente contra o cercamento da Redenção. E isso por vários motivos, até pelos motivos que o Ver. Comassetto já levantou aqui, e continuo com essa opinião. E mais fundamental do que a discussão é a situação plebiscitária, que acho muito importante.

Qualquer debate que seja colocado em plebiscito sempre se evoluirá e se refletirá de uma outra maneira. Temos a oportunidade de sentir aquilo que a população está sentindo.

Muitas vezes, aqui, se imagina ter a impressão do geral, mas não é verdade. Sempre que houve plebiscito, este foi favorável. Por exemplo, na questão do desarmamento, um plebiscito de que participei; na questão da dívida externa, há alguns anos.

Então, defender o plebiscito - não só com relação à Redenção, mas com relação a diversos assuntos - é uma coisa que sempre será importante.

A ideia do Ver. Nereu é muito boa, de fazer o plebiscito, e nós colocarmos isso como algo mais frequente. Até porque, assim, nós temos que ver maneiras para que isso não gerasse custo permanente. Sabe-se que plebiscito também gera um custo. Mas como a gente poderia fazer para ser um plebiscito... nem que fosse simbólico, como era, por

exemplo, o plebiscito da ALCA, o plebiscito da dívida externa. Eu lembro, Professor Garcia, na época da universidade, de pegar uma urna embaixo do braço, no bom sentido, sem roubar voto, mas de uma forma sincera, e passar em sala de aula para saber a opinião dos meus colegas sobre determinados assuntos, como foi com a dívida externa e a ALCA, que, em 2001 e 2002, estavam em discussão.

O Sr. Professor Garcia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Vereador, colega, eu ouvi atentamente a sua fala quando se referiu à questão do desarmamento. Com a questão do desarmamento não foi plebiscito, foi referendo. Qual é a diferença entre referendo e plebiscito? Referendo é relativo, quando já existe a lei. O plebiscito é um indicativo da população, dizendo se gostaria ou não do que está em questão.

O SR. RODRIGO MARONI: Muito obrigado. É verdade, foi um referendo. Mas a iniciativa de escutar a população é a mesma, o que eu acho que é importante, independente se já existe ou não. A gente tem que repensar coisas que também já passaram, que são regras estabelecidas e que, talvez, possam ser melhoradas, assim como no plebiscito também podemos saber a opinião sobre certas coisas, como é o cercamento do parque. Há uns anos eu era completamente contra; eu atravessei a Redenção, diversas vezes, Mônica, de madrugada, para pegar ônibus, quando eu trabalhava na Cidade Baixa, atravessava até a Av. Protásio Alves, muitas dezenas de vezes. E muitas vezes com medo. Não vou mentir. Eu trabalhava de garçom, tinha 17 para 18 anos e trabalhava de garçom em alguns bares ali, no Oito e Meio, no Café do Lago, em bares que eu trabalhei ali. E eu atravessava aquilo de madrugada para pegar o lotação, para pegar o ônibus na Protásio, porque eu morava na Zona Norte. E diversas vezes eu tive medo de ser assaltado ali. E quero dizer também que, por ser, justamente, um morador próximo do Parque Germânia, me faz refletir que lá, de fato, é um espaço, hoje, em que não se tem preconceito, qualquer pessoa transita dentro do Parque Germânia. Eu vejo isso lá, porque eu frequento, eu moro ali, a quatro quadras do Parque Germânia. E ali não se estabelece um preconceito com as pessoas, porque se tinha a ideia de que um parque cercado teria um cerceamento. No Parque Germânia, qualquer frequentador, seja da comunidade que tem

ali, a Vila Jardim, que é ao lado do Jardim Ipiranga ou Jardim Europa, está dentro do parque.

Então, acho importante, neste momento, a gente escutar, porque eu, de fato, estou decidindo a minha opinião. Mas eu quero levantar um dado que eu acho importante, eu vou ter trinta segundos para concluir, e que me fez refletir hoje, como eu estava comentando, que foi com a ligação do meu amigo João Hélio, que trabalha na Secretaria. Ele me trouxe elementos que eu acho que são fundamentais para se refletir, como a viabilidade desse projeto. O João me comentou hoje que seriam necessários, diretamente, 20 Guardas Municipais caso houvesse quatro portarias no parque: dois só para fechar, e oito a dez para fazer um arrastão lá dentro, para tirar... Então, é um elemento para se refletir. Outra coisa: cercando o parque, os próprios assaltantes debandariam para dentro dele como forma de refúgio dos assaltos que fariam fora do parque. Quer dizer, é de se pensar mesmo.

Mônica, tu que és minha parceira aqui, eu concordo contigo: o que está colocado hoje sobre a Redenção não é uma alternativa. Se eu, um cara de quase 1,90 de altura, tenho medo de atravessar, imagino uma mulher ou uma criança. Então, temos que pensar sobre isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; acima de tudo, o que eu peço aqui é um momento de reflexão. Conversando com a Secretaria Municipal de Segurança Pública, fui informado de que já existem seis câmeras de monitoramento e que, em breve, serão colocadas mais doze naquele local. É uma forma mais econômica, mais moderna, até porque, para que fosse feito o fechamento diário, teria que ter, no mínimo, 16 Guardas nos seus devidos turnos. Então, nós tiraríamos alguns Guardas das escolas, dos locais de patrimônio público para colocar no entorno do Parque da Redenção. Aqui se fala muito que, na Europa, nos Estados Unidos e em outros lugares, os parques são cercados. Mas, pelo que me consta, senhores, esses parques foram cercados antes da tecnologia, antes das formas mais

modernas de se fazer monitoramento. Às vezes, se invertem algumas questões. Um questionamento que me foi feito: é mais fácil botar muro, ou a polícia prender? Essa é uma preocupação de todos os delegados. Se formos à 6ª Delegacia, a Delegada Áurea falará a mesma coisa; se nós formos à 13ª, o Delegado Coelho falará a mesma coisa; se nós formos à 17ª, onde há o maior número de ocorrências registradas, com certeza, o Delegado Newton falará a mesma coisa; assim como o Delegado Jardim, da 1ª Delegacia. É constante o número da criminalidade e aumenta todo santo dia. Aí eu vi aqui uma emenda que diz que tem que cercar os outros parques. Eu já colocaria mais, Ver. Cláudio Janta: além dos outros parques, nós deveríamos cercar a Vila Cruzeiro, a Bom Jesus, a Mário Quintana – todos os dias com muitos homicídios; nós deveríamos cercar a orla do Guaíba, o Espírito Santo! Ontem, recebi um WhatsApp dizendo que acabava de ser roubado um Voyage, com a placa tal, e que haviam pegado o caminho da Restinga. Mas nada mais justo da população opinar! Para isso tem plebiscito. E nós já vimos que tem alguns, como digo, imediatistas – não é para desqualificar, é claro – que querem segurança já e que acham que, possivelmente, o cara que queira cometer um crime ali na Redenção não vai pular o muro como pula a cerca da sua casa, da minha casa, da nossa casa. Eu faço aqui essa reflexão, não sou contra o plebiscito, acho que toda forma democrática... Defendo audiências públicas para os grandes projetos desta Casa, para que se discuta o que se quer, o que a comunidade quer: a população também quer ser ouvida. Mas eu faço esta reflexão, senhores.

No momento em que nós estamos tirando a farda da Brigada Militar para andar de ônibus, porque eles estão com medo da bandidagem; no momento em que nós estamos cercando o Parque Farroupilha com medo que exista algum problema ali dentro; no momento em que estamos baixando a menoridade penal, será que isso é a solução? Será que investimento em educação e investimento nas forças públicas que fazem a segurança pública não é a solução? Eu deixo isso para os senhores pensarem bem. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 08 ao PLL nº 170/13.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Cláudio Janta, à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Apregoo a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Professor Garcia, à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 06 e nº 07 ao PLL nº 170/13.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, boa tarde. Nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, venho aqui trazer as minhas opiniões iniciais sobre essa importantíssima discussão que o Ver. Nereu, de forma absolutamente legítima, nos propõe. Ver. Nereu, apesar de nem sempre, nos projetos de lei que apresentei, ter tido a oportunidade de ter sua opinião ou seu dialogo sobre eles, inclusive algumas vezes fazendo demarcações menores perto dos temas, ofensas gratuitas, de minha parte não é esse o nível que creio que a política deve manter. Creio que a política, acima de tudo, deve discutir o que é bom para o bem público. Nesse sentido, independente da minha opinião de mérito sobre o cercamento, acho importante a proposta do Vereador de nós submetermos o assunto a um plebiscito. E mais: nossa Cidade, que já foi a Capital mundial da democracia, deveria ter um plebiscito, no mínimo, a cada dois anos, quando esta Casa iria dispor de cinco assuntos para a população debater. Eu sou daqueles que pensam que, se a democracia tem problemas, a solução é mais democracia, e não menos democracia. Nós não somos daqueles que saem para a rua pedindo a volta da ditadura. Nós temos uma concepção de

que a solução para a democracia e para o País é o debate público, é a participação do cidadão. E nesse sentido, Ver. Nereu, o seu projeto é feliz e terá o nosso apoio.

Acho importante – o Ver. Delegado Cleiton foi muito feliz nisso, e é para isso que nós queremos o plebiscito também – travar um debate franco com o Sr. Prefeito Fortunati e com o seu Vice-Prefeito Sebastião Melo: por que razão a Administração Municipal lava as mãos, vira as costas para o problema da segurança no Município? Por que a Prefeitura de Porto Alegre não tem uma política de segurança? O Ver. Nereu – e aqui estou fazendo um debate de conteúdo na política – foi o nosso Secretário, e eu nunca vi nos trazer aqui uma apresentação de prestação de contas das políticas do Município na área de segurança pública. Eu nunca ouvi o Prefeito fazer uma fala sobre o problema da violência! Uma coisa é a competência das polícias, como está no art. 144; outra coisa são políticas de prevenção à violência, inclusive o apoio às forças de segurança, como vários municípios fazem, Ver. Delegado Cleiton.

O Sr. Delegado Cleiton: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kopittke, até foi um engano meu; eu falei em 12 câmeras, mas a Prefeitura já tem em processo 21 câmeras, além das 6 que existem no Parque Farroupilha. Esse é um exemplo, e nós temos outros planos a serem colocados, mas são 21 câmeras que já estão para serem colocadas, até o final do ano possivelmente.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Eu lhe agradeço, é importante a colocação de câmeras, mas existe algo mais importante que câmeras, que viaturas, que armas, que é o ser humano. E é disso que a Prefeitura de Porto Alegre tinha que estar cuidando. Tinha que ter uma política municipal junto às escolas, junto às comunidades de periferia; as políticas de saúde e de assistência todas integradas para prevenir a violência. E não tem nada! O Prefeito, aliás, reitera várias vezes que esse não é um assunto que lhe compete. Isso está errado! O Sr. Prefeito está equivocado! Ele ignora tudo o que o poderia fazer, o que várias cidades do mundo fazem. Eu tenho ouvido vários exemplos e quero citar vários em que abriram parques, como Bogotá, como Medellín, em que tiraram todas as cercas, inclusive das escolas, e foram cuidar das pessoas, foram mobilizar a cidadania.

Então eu sonho com a forma mais moderna de segurança pública, quando essa Prefeitura, seja de que partido for, um dia tenha à frente dela alguém que aceite enfrentar

o desafio da violência. Pode ser de direita ou de esquerda, eu vou respeitar – sendo democrático, eu vou respeitar –, mas que assuma essa barbárie em que a nossa Cidade vive hoje. Em São Paulo, a Prefeitura enfrenta o assunto também, enfrenta o assunto do *crack*, Dr. Thiago, com o programa De Braços Abertos; a Prefeitura do Rio, que é de outro partido, enfrenta o assunto da violência também; e, em Porto Alegre, o Prefeito lava suas mãos.

Portanto, esse projeto é o atestado de inaptidão, de inépcia da atual Administração sobre a segurança, e nós vamos aproveitar, sim, esse plebiscito para travar esse debate com a Cidade e construir um outro caminho sobre a superação da violência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Eu gostaria, inicialmente, de apoiar a iniciativa do Ver. Nereu D'Avila, primeiramente, por estimular decisões democráticas na nossa Cidade. Eu falo em meu nome, em nome da bancada do PSOL – a Ver.^a Fernanda Melchionna estava conversando comigo mais cedo –, e nós concordamos que plebiscitos deveriam acontecer com maior frequência na nossa Cidade. O povo deveria ser consultado a respeito de uma série de decisões importantes, das quais não participa, já que o nosso Orçamento Participativo tem decaído muito em termos de qualidade de discussão de debates. Então, vai ser um debate bacana. Nós estamos apoiando essa iniciativa, vamos votar favoravelmente à ideia do plebiscito por estimular decisões democráticas.

Agora, terei o maior prazer em enfrentar o Ver. Nereu D'Avila pelo não cercamento do Parque da Redenção, pelo não cercamento de nenhum parque, de nenhuma praça, e, sim, pela disponibilidade desses recursos à população. Nós não podemos discutir medidas simplistas para problemas grandes. O problema de segurança na nossa Cidade é grande, é grave! Agora, conversando com um amigo, há pouco tempo, justamente sobre esse assunto, ele me falou uma frase que ficou martelando na minha cabeça durante todo o feriado. Ele disse: “A maioria das decisões simples a respeito de problemas complexos

são estúpidas”. Realmente, ele me fez refletir bastante, e eu acho que esse não é o caminho. Outra coisa com que eu concordo com o Ver. Nereu D’Avila. Ele subiu à tribuna, mostrou uma manchete de jornal, e, ao meu ver, na sua fala há uma admissão, por parte do Vereador, de que a Prefeitura e o Governo do Estado fazem um trabalho medíocre no aspecto da segurança pública. Medíocre! Não é ruim, é medíocre!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Lamentável! Terrível! Não temos efetivo! Em reunião na CEDECONDH, presidida de forma brilhante pela Ver.^a Fernanda Melchionna, nós discutimos justamente a questão do estupro trazida pelo Ver. Nereu D’Avila. Eu fiz um questionamento ao Secretário Municipal da Segurança, perguntei para ele: Qual é o efetivo da Guarda Municipal? E ele respondeu: “Menos de 600 guardas municipais”. Perguntei para ele logo em seguida: tu precisarias trabalhar, no teu grupo, com quantos guardas para fazer um trabalho decente? Ele disse: “Para fazer um trabalho decente eu precisaria de 1.200 guardas municipais”. Eu perguntei: e para um trabalho ideal? Ele: “Dois mil”. Ou seja, a nossa Cidade não tem sequer metade dos guardas municipais para fazer um trabalho mínimo, um trabalho modesto, que, aos olhos do Secretário Municipal de Segurança, seria o mínimo a oferecer para a Cidade, para o cidadão, para a segurança dos nossos parques, praças e das nossas escolas. Não temos metade!

Então, concordo com a fala do Ver. Nereu: realmente, o trabalho e o empenho do nosso Prefeito e do Governo do Estado são insuficientes, medíocres.

Outra coisa, se o efetivo é pequeno, o que nós podemos fazer? Abrir horas extras. E o Prefeito corta; o guarda municipal não pode fazer hora extra! Além de não poder complementar sua renda familiar, o guarda municipal fica fora do seu trabalho, das suas atribuições e, com esse efetivo, realmente, é impossível fazer um trabalho decente.

Mas, Ver. Nereu, nós vamos apoiar, vamos votar favoráveis ao plebiscito. Eu terei o maior orgulho em militar pelo não fechamento dos parques. O que deveríamos é ocupar esses espaços públicos. A população tem de se apropriar desses espaços e não simplesmente cercá-los, fechar a quatro chaves e deixar o povo de fora.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente, caros colegas Vereadoras e Vereadores, eu já declarei publicamente, Ver. Nereu, vou votar com o senhor. Acho importante que a população opine sobre essas e outras matérias. Portanto, independentemente das nossas posições individuais, acho que o momento eleitoral é um excelente momento para as pessoas votarem e se manifestarem. Elas votam no Prefeito, votam no Vereador e vão votar naquilo que entendem ser melhor para a Cidade. E é importante que o Prefeito eleito nessa próxima eleição se comprometa com o plebiscito. Acho que tem que se comprometer. Independentemente das nossas posições individuais, que são meritórias, que são opiniões de cada um de nós, que são reflexos da nossa vivência pessoal, o Prefeito, democraticamente eleito em 2016, tem que se comprometer com o resultado do plebiscito. A primeira coisa é esta.

Nós defendemos a participação direta das pessoas e também queremos cobrar, independentemente das nossas posições individuais, uma posição do Prefeito Municipal escolhido à época, independentemente de partido. Até porque tem pessoas que combinam uma coisa antes e têm outra atitude depois, quando são governo.

Eu ouvi o Ver. Alberto Kopittke colocando algo aqui, mas eu me lembro da posição do então candidato Tarso Genro com relação à FAURGS: “É só me dar a caneta que eu resolvo”, Ver.^a Fernanda, que participou também do processo da FAURGS. “Eu vou manter a FAURGS, vou manter os servidores, os técnicos de enfermagem em atividade para não prejudicar o atendimento às pessoas”. E não foi isso que aconteceu.

Este é um excelente momento para fazer algumas considerações. Tem-se falado muito da falta de equipamento da Guarda Municipal. Vereador-Presidente, Mauro Pinheiro – eu conversava com o Ver. Professor Garcia: tivemos, em 2013, capitaneados pelo Ver. Bernardino Vendruscolo, Vice-Presidente da Casa, um convênio com a Guarda Municipal, que fez com que a Câmara aportasse a renovação de mais de 10% dos veículos da Guarda, ou seja, a partir de um convênio com a Guarda Municipal, em que servidores públicos municipais que estão aqui passaram a nos auxiliar, principalmente nas sessões plenárias, a Câmara, em contrapartida, fez uma licitação e renovou em mais de 10% a frota de veículos da Guarda Municipal e os seus

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

equipamentos. Eu acho que o Executivo tem que rever este processo e tem que ser parceiro nessa situação, porque essa é uma forma indireta de a Câmara poder auxiliar o Executivo e dar a sua parcela de contribuição no combate à criminalidade em Porto Alegre. Não há como afastar a questão das praças e dos parques da Guarda Municipal. É compromisso da Guarda Municipal. É claro que os outros entes federativos têm que dar a sua contribuição. Agora, esse tempo também nos serve para darmos a nossa impressão sobre a questão da criminalidade.

Eu estudei muito e estudo muito esse tema e acredito piamente, hoje, baseado nos grandes exemplos que se tem pelo mundo de que a desordem é o caminho fértil para a criminalidade. Diversos estudos foram colocados, o que mais chama a atenção é o da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, em que colocam dois carros, mesma marca, mesmo modelo, mesma cor, um no Bronx – em Nova Iorque – e outro em Palo Alto – na Califórnia. Observa-se que num primeiro momento, Ver, Nereu, o carro no Bronx é rapidamente depredado, e o que não é depredado é destruído; e o carro de Palo Alto – bairro abastado da Califórnia - se mantém intacto. Alguns dias depois, depois daquele carro do Bronx já ter sido completamente deteriorado, um dos psicólogos sociais, construtores sociais, sociólogos, foi lá em Palo Alto, bairro nobre da Califórnia... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Foi lá e quebrou uma das janelas do veículo. Imediatamente ocorreu o mesmo fenômeno que havia ocorrido no Bronx, mostrando que a questão da pobreza, da dificuldade não tem que ver diretamente com a criminalidade, mas, sim, a desordem, a ausência do Poder Público, a dificuldade de ação e de tomadas dos espaços públicos têm relação direta com a criminalidade. É isso que nós precisamos coibir. Iluminação – precisamos ter; precisamos ter a presença física do guarda municipal, do brigadiano, do agente de segurança e nós precisamos ter, sim, sem dúvida alguma, a cobrança do delito, o evitar o delito para que realmente possamos viver numa cidade mais segura. Muito obrigado pela parcimônia, Presidente. Deixo essa singela contribuição da Câmara... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que pode ser uma contribuição indireta a partir de conveniamentos com a Guarda Municipal, Presidente. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Ver. Nereu, na verdade, estamos, através do seu projeto, oportunizando à sociedade que opine sobre o cercamento ou não do parque. As pessoas que estão nos assistindo ficam imaginando que estamos aqui decidindo o cercamento do parque. Não, nós estamos oportunizando à sociedade que opine sobre o cercamento ou não do parque. E onde estamos? Nós estamos na cidade que dizem que tem a maior participação popular do Brasil, vamos dizer assim, onde é oportunizado à população que participe. Dizem, não é?

Eu também gostaria de salientar uma situação que não pode ser esquecida: se tivéssemos um parque guarnecido, um parque com condições de uso para a sociedade como um todo, não exclusivamente a alguns que usam o parque a qualquer hora, vamos dizer assim, ao seu bel-prazer, se tivéssemos um parque organizado, não estaríamos aqui discutindo. Se tivéssemos um parque com condições de uso, a sua proposta não seria difícil de defender, Ver. Nereu. Isso precisa ser dito! Aqueles do Executivo que sinalizam contra esse cercamento – que são os quem tem a “caneta” – tem que tomar cuidado, porque nós estamos aí, há quantos anos, com o parque jogado do jeito em que ele está. Quem tem a “caneta”, quem tem o poder de decidir, tem que tomar cuidado quando sinaliza contra o seu projeto.

Hoje, no jornal, estávamos observando algumas lideranças sinalizando contrariamente. Eu fico muito preocupado. Por que não tomaram jeito até hoje? Por que não deram uma solução? O parque está jogado, não adianta nós querermos aqui dizer que tudo está bom, porque não é verdade.

Quando se fala em cercamento, não podemos deixar que saia a ideia de que, com o cercamento, aquilo lá ficará como um poteiro – desculpe o termo. Será algo com uma certa harmonia, como V. Exa. defende, com, no mínimo, quatro entradas. Bom, se há quatro lados e vamos ter quatro entradas, qual é a dificuldade para alguém de bem? Por que alguém iria ser contra? Eu não vejo justificativa maior, desde que haja, efetivamente, portarias nos quatro lados, não vejo por que não, sinceramente, Vereador. O seu projeto é importante porque dá a oportunidade de a sociedade decidir.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

Parece-me que o TRE poderia experimentar não fazer essa consulta no período eleitoral; talvez num período fora, e até mesmo sem a condição de nós, cidadãos, irmos lá votar e sim de podermos votar em casa, usando, evidentemente, o número do título de eleitor com uma senha, enfim, já como um treinamento, um projeto piloto para o futuro, porque, no futuro, nós não vamos precisar ir lá na seção eleitoral votar – isso é uma questão de tempo. Então, V. Exa. traz um assunto que vai, sim, oportunizar a participação popular, vai tentar resolver uma questão que não está sendo resolvida ao longo dos anos, e a sociedade vai ter oportunidade – repito, insisto – de decidir.

Por isso, Vereador, lhe dou meus cumprimentos, dizendo que vou votar favoravelmente ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje se discute a aprovação ou não de um plebiscito sobre uma proposta do Ver. Nereu D'Avila que, há 25 anos, se tem conhecimento. Mesmo antes de conhecer o Vereador, já tinha conhecimento sobre a proposta de fechamento do Parque da Redenção. Nós que presenciamos, participamos do parque e já discutimos aqui sobre todas as consequências da falta de uma boa iluminação, ou falta de segurança, ou de pessoas que circulam de todas as partes da Cidade num parque, o qual tem a história de muitas pessoas que, desde pequenas, visitavam esse local.

Eu tenho uma preocupação com tudo o que já foi falado: crimes que ocorrem lá dentro à noite – muitos também não foram mencionados. Tenho, há muito tempo, a minha aprovação pelo cercamento do parque, mesmo porque – quem teve a oportunidade de viajar – os grandes parques são cercados. E não me venham com a desculpa de que quatro portões é pouco, ou seis, ou oito, isso é uma definição que na hora da aplicação desse projeto, se assim a sociedade decidir, vai ser avaliado. Então, essa desculpa de número de portões também cai por terra. O que queremos é que não só esse parque como em outros, como o Parque Germânia – que deu os resultados que se esperava –, deem segurança para podermos passear tranquilos, não com cuidado, pois, se está

anoitecendo, já tem o risco de ser assaltado e todas essas barbaridades que aqui foram destacadas.

Eu também tenho uma outra preocupação, da qual já falei aqui várias vezes, que é a manutenção da história do parque através das obras de arte, pois há muitos furtos e todo tipo de depredação de obras que vão ser restauradas. Essas obras de artes não poderão ser restauradas com o mesmo material, com aquele artista que fez a obra, mas, sim, serão réplicas em materiais semelhantes e não originais. Quem trata da história da arte, da avaliação da obra de arte sabe que essas obras que são repostas dão um visual satisfatório até para quem quer ver como era a imagem anterior, mas não têm valor como a peça original. Também sobre plebiscito, nós já participamos de um que não foi falado, que foi fora da época da eleição, plebiscito sobre a construção de prédios residenciais na orla do Guaíba, no ponto do Estaleiro. E nós que na época, defendíamos mais liberdade na orla, fomos vencedores. Isso ocorreu com naturalidade, sem problema algum.

Também fico a pensar que pessoas que têm bastante conhecimento dos trâmites da Cidade ficam a dizer que os custos serão elevados. Mas quem vai pagar a conta é o Tribunal Regional Eleitoral. E mesmo que não saia esse plebiscito, esse recurso não vem para o Município, não há esse repasse, não há como dizer que o recurso poderia ser usado para segurança, para saúde. Não, esse recurso é do Tribunal Regional Eleitoral, e nós estamos aqui no Município. Então, sobre esse plebiscito, eu quero já declarar o meu voto favorável, que se realize, para que se oportunize às pessoas opinarem e de uma vez por todas esse assunto tenha uma decisão, porque faz 25 anos que se escuta falar sobre esse cercamento. E que assim seja para outros parques também, o que se tornará muito menos dispendioso, e vidas serão poupadas.

E ainda, o Parque da Redenção deu muito trabalho, e ainda dá, para nós protetores, porque ali era local de descarte de animais. Depois que foi feita uma vigília das protetoras, à noite, foi minimizado. Mas ainda continua. Então, o parque, além de tudo que já foi citado, é um local de abandono, que gera custos para nós e para o Poder Público. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Subemenda nº 03, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 03 à Emenda nº 04 ao PLL nº 170/13.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, acho que não precisamos aqui repisar argumentos que os favoráveis ao cercamento e os contrários ao cercamento dizem e desfilam nesta tribuna, que são os mesmos: que o parque está às escuras, está abandonado, não tem policiamento, não tem limpeza e falta uma presença institucional mais ativa. São razões tanto para solicitar mais segurança, cuidado e atenção, quanto para uma solução simplista do cercamento.

Eu quero aqui trazer alguns questionamentos. Primeiro, aqui já foi dito por vários, mas eu vou reprisar: quais são os estudos e os percentuais, os dados que dão sustentação ao Ver. Nereu para dizer que o Parque da Redenção é o local da Cidade que tem que ser cercado? Onde estão as estatísticas? Não vale vir aqui e ler três casos que nós repudiamos e acusamos a falta de segurança no parque. Numa matéria muito competente realizada pela Isabella Sander e pelo Juliano Tatsch, do Jornal do Comércio – que acho que aqui estão e quero elogiá-los -, nós temos vários pontos de vista e um sobre esse tema das estatísticas é muito interessante. (Mostra jornal.) O Comandante do 9º Batalhão da Brigada Militar, responsável pela segurança dessa área do Centro diz que, levando em consideração o número de pessoas que circulam por essa área - área de 37 hectares -, a extensão do parque e o número de delinquentes existentes em Porto Alegre, o total de ocorrências na Redenção é muito baixo. Diz ainda que temos uma grande pró-atividade ali, que não temos a segurança adequada, mas que não é um lugar inseguro. Diz mais o Tenente-Coronel Vieira do 9º Batalhão da Brigada Militar, que local inseguro na Cidade é o Centro da Cidade depois da meia-noite. Então, Ver. Nereu, os dados estatísticos da Brigada Militar não dizem que esse é o lugar de maior problema na cidade de Porto Alegre. Então, no que se fundamenta a insistência de V. Exa. em cercá-lo e, mais do que isso, em mobilizar um plebiscito sobre o tema de cercamento ali? Quem disse que esse é o lugar que tem que ter esta atenção, desta ordem? A Brigada Militar e seus dados dizem outra coisa. E o Tenente-Coronel Vieira diz mais: que a efetivação de um projeto de cercamento eletrônico do local com vinte e uma câmaras de vigilância, com investimento

de R\$ 1,3 milhão é uma promessa desde 2102, está em processo na Prefeitura para licitação e não acontece.

Será que não vai custar quase isso colocar uma cerca? E depois tem que fazer a vigilância, pois a cerca não resolve, porque assim como entra o cidadão dito de bem, entra o meliante e fica durante a noite. E, portanto, eu não consigo entender, eu não consigo entender qual é a lógica, inclusive, de um ex-Secretário de Segurança.

Gostaria de, em homenagem aos usuários do parque, citar aqui duas observações de freqüentadores. Uma delas é do nosso Jakubaszko, que está aqui presente, que é um dedicado morador, frequentador, é do Conselho do Parque e Presidente dos Amigos do Parque, que afirma que o parque precisa de mais iluminação, de poda, de valorização do lugar, precisa de câmeras de vídeo. O que precisamos é de melhorias para que esse parque seja mais seguro ainda. Mas o problema da insegurança é na Cidade inteira. Parabéns pela tua opinião.

Já o Coronel policial reformado Ivan Cardoso avisa que por quase cinco ou seis meses nós ficamos absolutamente sem iluminação na Redenção. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Isso é uma irresponsabilidade com a nossa Cidade.

Então, senhores, não há elementos de estatística, de dados policiais que digam que esse é o parque que precisa desse tipo de intervenção.

Sobre o plebiscito, que é o que nós vamos votar, nós defendemos plebiscitos. Plebiscito tem que ter uma discussão sólida, porque ele é uma mobilização importante. Nós não tememos o plebiscito. Não tememos! Tanto que o plebiscito sobre o Pontal do Estaleiro deu “não”! A população veio e tem uma opinião muito clara sobre a Cidade. E nós queremos que o plebiscito pergunte questões que sejam relevantes para a cidade de Porto Alegre e queremos um plebiscito da reforma política. Por que não querem fazer? Vamos fazer! A população tem que participar mais. Quanto mais democracia, tenho certeza, mais qualidade de vida teremos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL n.º 170/13.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, quero cumprimentar a todos. Eu venho a esta tribuna para esclarecer algumas coisas que escutei hoje, Ver. Cecchim, em relação à Segurança. O Ver. Comassetto veio aqui e disse que o nosso Governo criou a Secretaria de Segurança. Foi o Governo do PT quem criou a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana – só para esclarecer este fato, Nereu. Ele esqueceu que criou a Secretaria.

Também, Ver.^a Sofia, com todo o respeito, eu escutei V. Exa. falar no Território de Paz no Governador Tarso Genro. Eu era Secretário da Assistência Social e nunca fui procurado pelo Governo do Estado, que quis fazer um Território de Paz, que, na minha opinião, foi para inglês ver. Esse Território de Paz, Ver. Janta, que trabalha na periferia da cidade de Porto Alegre, não existiu na cidade de Porto Alegre. Tudo bem, poderia haver hora extra, outras coisas, mas o trabalho de prevenção não existiu. Tentaram criar esse trabalho, mas não foram capazes de conversar com o Município de Porto Alegre, que já tem a *expertise* desse trabalho tanto na assistência quanto na educação, no turno inverso escolar.

Eu ouvi o Ver. Kopittke falar na questão de prevenção – que o Município não faz nada, que o Município não dá atenção para a segurança –, e quero dizer que ele está completamente enganado. No momento em que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre atende em torno de 45 mil crianças e adolescentes no turno inverso escolar, se isso não é um trabalho de prevenção – 45 mil crianças e adolescentes, Nereu –, eu não sei o que é então! No turno inverso escolar! São 30 mil da SMED e 15 mil da FASC, Ver.^a Sofia, no turno inverso escolar. Talvez isso seja impossível no Governo do PT, mas, no nosso Governo, é possível e é real.

Vejam todo o trabalho que vem sendo feito de iluminação pública em Porto Alegre, Prof. Alex, foram mais de 107 praças comunitárias iluminadas entre 2013 e 2014. Agora, os maiores parques da Cidade estão sendo priorizados, com mais 30 praças comunitárias. É um trabalho real de Segurança pública da nossa cidade de Porto Alegre. Em relação à Guarda Municipal, eu tive a honra de ser, de 2005 a 2008, Secretário de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre, e, naquela época, nós colocamos a Guarda Municipal para atuar nos parques e nas praças da Cidade. E necessário colocar mais guardas municipais atuando? Não tenho dúvida de que o Prefeito Fortunati sabe disso, mas, infelizmente, nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que muitas vezes

não deixa o nosso Governo contratar o quanto gostaríamos de contratar. Mas a Secretaria de Segurança, conversando com o Secretário José Freitas e o Secretário Adjunto João Hélbio, informa-nos – e Ver. Delegado Cleiton já colocou isto – que estamos, além das sete câmeras de monitoramento, colocando mais 21 câmeras de monitoramento. O senhor foi um dos Vereadores que fez, inclusive, uma emenda para o cercamento virtual, e quero dizer que essa emenda já vai ser contemplada num projeto, que, se eu não me engano, em setembro ou outubro, já vai estar concluído com as câmeras de monitoramento. Então, é muito importante que a demanda dos Vereadores já esteja sendo abarcada pelo Governo Municipal. E eu faço questão, Ver. Prof. Alex, de fazer uma audiência com o Secretário José Freitas, para que ele possa apresentar a V. Exa. o projeto do cercamento, de monitoramento do Parque da Redenção e todo o trabalho também que a Secretaria de Obras e Viação está fazendo de iluminação pública no parque.

Eu fiz questão desses esclarecimentos, porque a Prefeitura de Porto Alegre tem trabalhado na Segurança pública do Município.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 170/13.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. Mauro, Presidente da Câmara; Vereadores e Vereadoras que nos assistem, eu utilizo a tribuna hoje para fazer alguns esclarecimentos, porque me sinto surpresa e chocada com algumas manifestações dos Vereadores, como as do Ver. Kopittke, que subiu na tribuna e falou maravilhas do Partido dos Trabalhadores, ou seja, não falou no caos que foi a Segurança no seu Partido, deixou como se fosse uma maravilha o terreno nesta área, na gestão Tarso Genro, que foi tão esperado, justamente porque foi Ministro da Justiça. Ora, senhores, nós sabemos muito bem que a Segurança pública está um caos e não é de hoje! E contra números ninguém pode rebater. Vamos lá, mais uma vez eu utilizo a tribuna: em 1975, havia 23 mil policiais militares no Rio Grande do Sul; em 1995, havia 27,4 mil policiais militares no Rio Grande do Sul; atualmente, nós temos 21,9 mil policiais militares no Rio Grande do Sul. Efetivo da Polícia Civil: em 1985, havia 6,2 mil policiais civis; atualmente, em 2015, temos 5,8 policiais civis.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
003ª Sessão Extraordinária 22ABR2015

Só com isso, eu não precisaria dizer mais nada, mas vou além, falo sobre o cercamento, sobre as atribuições da Guarda Municipal. O Ver. Bernardino, quando utilizou a tribuna, colocou muito bem uma questão, porque parece que as pessoas não estão entendendo que nós não estamos discutindo aqui o cercamento do parque; nós estamos discutindo o plebiscito, para que a população opine e discuta.

Por isto venho a esta tribuna, para dizer que as pessoas não estão entendendo, ou melhor, os Vereadores que utilizaram esta tribuna antes de mim não estão entendendo qual é a atribuição da Guarda Municipal, e eu vou esclarecer mais uma vez. A Constituição Federal, em seu art. 144, não deixa qualquer dúvida sobre a responsabilidade de cada ente fechado. As polícias militares, Brigada Militar, no nosso caso, e Corpo de Bombeiros, subordinam-se juntamente com as polícias civis aos Governadores dos Estados. Em seu § 8º, o art. 144 estipula que os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. Ou seja, as guardas municipais têm, estabelecido pela Constituição, um papel bastante restrito de proteção a bens públicos subordinados às Prefeituras Municipais. O Ver. Kevin Krieger subiu a esta tribuna e colocou, de uma forma muito esclarecedora, o papel do Executivo, do Governo Municipal, na questão de segurança, iluminação, guardas municipais, proteção de bens, escolas, parques, praças. Isso se chama segurança preventiva. Essa parte, o Prefeito Fortunati está fazendo, basta os senhores fazerem uma pesquisa para verem quantas praças já foram iluminadas, sendo que praça é o coração do bairro.

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver.^a Mônica Leal, concordo plenamente com o que V. Exa. falou sobre as atribuições da Guarda Municipal. Aqui, na nossa Cidade, também é “guarda parques”. Em consonância com o que falou o Ver. Nereu, o monumento ao Expedicionário foi pichado. É atribuição da Guarda Municipal, sim, zelar pela integridade do nosso patrimônio histórico e cultural. Portanto é atribuição da Guarda Municipal zelar por esse parque.

A SRA. MÔNICA LEAL: O senhor se refere a uma pichação que foi feita na madrugada dessa segunda-feira. Seis adolescentes foram presos pela valorosa Guarda Municipal. Porque existe o Disque Pichação, e esta Vereadora foi autora da Indicação. Parabéns a

nossa Guarda Municipal que está fazendo o serviço de sua competência. Muito obrigada, Vereador.

O Sr. Prof. Alex Fraga: Só para concluir, realmente, é uma atribuição e a Guarda Municipal fazer o seu trabalho do jeito que pode, com efetivo muito reduzido.

A SRA. MÔNICA LEAL: A Guarda Municipal faz o seu trabalho e, por vezes, faz até o trabalho da Polícia Militar, pois não é nem uma e nem duas vezes que a Guarda Municipal tenta atuar na prevenção, porque não temos efetivo da Brigada Militar nas ruas. Isso não vem de hoje. Na época do Governo Jair Soares foi o maior investimento em Segurança... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Para concluir, quero dizer que é importante que ao fazermos pronunciamentos que conheçamos bem a competência de cada área da Segurança. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Carlos Casartelli (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Carlos Casartelli. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quorum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h28min.)